

ENSINO E APRENDIZAGEM DE ESCRITA NA GUINÉ-BISSAU: O TIPO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO NO ENSINO SECUNDÁRIO

Ailton Mário Pereira¹

Gislene Lima Carvalho²

Resumo: Este trabalho busca compreender como ocorre o ensino do tipo de texto dissertativo-argumentativo no ensino secundário da Guiné-Bissau, nas aulas de língua portuguesa e compreender o seu papel no desenvolvimento dos alunos guineenses. O presente estudo se justifica pela relevância que esse tipo textual desempenha na formação de um ser social pensante e crítico, capaz de participar ativamente nas discussões sociais. Trata-se de uma pesquisa do cunho qualitativo, de base bibliográfica a partir de autores como Infau (2022), Scantamburlo (2013), Encanha (2018), Alzira; Timbane (2022), entre outros. O instrumento para coleta dos dados foi a aplicação de um questionário on-line, aplicado através do formulário do Google a estudantes guineenses da Unilab que estão no primeiro e no segundo semestre. Como os principais resultados, verifica-se que apesar da relevância que esse tipo textual tem, muitos alunos guineenses ainda têm grandes dificuldades no que diz respeito à criação desse tipo textual, uns porque estudaram-no de forma superficial, ou seja, o aluno aprende que o objetivo desse tipo textual é emitir opinião e argumentar e que é constituído por introdução, desenvolvimento e conclusão, e outros porque nunca chegaram a estudá-lo, o que traz consequências à sua atuação social e acadêmica.

Palavras-chave: Escrita; Língua portuguesa; Texto dissertativo-argumentativo; Ensino Secundário; Guiné-Bissau.

Abstract: This work seeks to understand how the teaching of the dissertation-argumentative text type takes place in secondary education in Guinea-Bissau, in Portuguese language classes and to understand its role in the development of Guinean students. The present study is justified by the relevance that this textual type plays in the formation of a thinking and critical social being, able to actively participating in social discussions. It is qualitative research, based on bibliography from authors such as Infau (2022), Scantamburlo (2013), Encanha (2018), Alzira; Timbane (2022), among others. The procedure for data collection was the application of an online questionnaire, applied through Google forms to Guinean students from Unilab who are in the first and second semester. As the main results, it's verified that despite the relevance that this textual type has, many Guinean students still have great difficulties with regard to creation of this textual type, some because they studied it in a superficial way and others because they never got to study it, which has consequences for their social and academic performance.

Keywords: Writing; Portuguese language; Dissertation-argumentative text; Secondary Education; Guinea-Bissau.

¹ Estudante do curso de graduação em Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. ailtonmariop@gmail.com

² Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, professora orientadora da pesquisa. gislenecarvalho@unilab.edu.br

Rezumu: É tarbadju ta busca n'tindi kuma ku i ta sinadu textu dissertativu-argumentativu na n'sinu sekundáriu di Guiné-Bissau, na aulas di portuguê, també é tarbadju ta busca n'tindi papel di textu dissertativu-argumentativu na disinvovimentu di alunus guinensis. É tarbadju sta na facidu, pabia di importância ku é tipo di textu tene na formaçon di um pecadur social ku capacidade krítiku, ku pudi djuda na kumpu terra. É pesquisa i di karáter qualitativu, ku tene suma base é textos: Infau (2022), Scantamburlo (2013), Encanha (2018), Alzira; Timbane (2022), ku utrus. Caminho pa consigui resultados i n'trivista on-line, ku facidu através di formuláriu di Google, nundé ki n'trivistadu alunus guinensis di Unilab, ku sta na purmeru ku sugundu semestre di sé kursu. Suma rusultadus principal i odjadu di kuma mesmu ku importância ku é tipo di textu tene, manga di alunus guinensis tene inda difikuldadi na kiria um textu di é tipo, alguns pabia é studal só um bokadu, utrus pabia é ka tchiga di studal, kusa ku ta tici consequêcia na sé studu.

Palavra-chave: Skrita; Lingu portuguis; Textu dissertativu-argumentativu; N'sinu sekundáriu; Guiné-Bissau

INTRODUÇÃO

República da Guiné-Bissau é um país situado na Costa Ocidental da África, possui uma superfície total de 36.125 km², faz fronteira a Norte e Leste com a República do Senegal, a Leste e Sul com a República da Guiné-Conakry, sendo composto administrativamente por oito regiões (Cacheu, Oio, Gabu, Bafatá, Quinara, Tombali, Bolama-Bijagós e Biombo) e um Setor Autônomo de Bissau (SAB), que é a capital do país, possui uma população total de 1.781308 habitantes (INE, 2023).²

De acordo com Luigi Scantamburlo (2013), Guiné-Bissau, apesar de ser um país pequeno em termos de extensão territorial, contém dezenas de grupos e subgrupos étnicos com as suas línguas e culturas próprias. Namone e Timbane (2017) apontam que a Guiné-Bissau apresenta mais de vinte grupos étnicos, dentre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, bijago, felupe, nalu, tanda, cocoli, susso. Embora Guiné-Bissau apresente um contexto plurilinguístico, possui apenas a língua portuguesa como oficial, o que a torna língua de ensino e, conseqüentemente, língua na qual os guineenses são avaliados.

Na maioria dos exames de admissão para se ingressar nos cursos superiores na Guiné-Bissau, e até para se ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, tem prova de língua portuguesa, e nesse exame, geralmente, costuma-se solicitar elaboração de texto do tipo dissertativo-argumentativo,

³ Sobre a população total da Guiné-Bissau, foram usados dados do Censo de 2023, pois o Censo de 2024 está sendo realizado e, até ao momento desse trabalho, os dados não foram divulgados. Fonte: <https://stat-guinebissau.com/>

o que para estudantes guineenses, geralmente, se nota dificuldades na criação de texto desse tipo, simplesmente porque é pouco trabalhado, às vezes é trabalhado, mas de forma básica e por vezes nem é trabalhado.

O presente trabalho visa analisar, na perspectiva dos estudantes guineenses, o ensino e aprendizagem de texto dissertativo-argumentativo no ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas escolas do ensino secundário da Guiné-Bissau (correspondente ao Ensino Médio no Brasil). A escolha pelo tema é baseada nas experiências que tive ao longo do meu ensino secundário, minha vivência com colegas que estudaram em diferentes escolas do ensino secundário do país.

Esse objetivo geral se desmembra em seguintes objetivos específicos: discutir acerca do texto dissertativo-argumentativo; compreender como ocorre o ensino, aprendizagem e produção desse tipo textual no ensino secundário do país e discutir sobre a relevância que esse tipo textual pode ter não só na vida acadêmica dos alunos, como também na vida inteira desses alunos, contribuindo assim no desenvolvimento do pensamento crítico deles.

Para a realização desse trabalho realizou-se pesquisa do cunho bibliográfico por meio das obras dos autores como: Infau (2022), Luigi Scantamburlo (2013), Encanha (2018), Alzira; Timbane (2022), entre outros. Realizou-se, também, pesquisa documental, através com análise dos planos de estudo do português de 10º, 11º e 12º anos, correspondentes ao ensino secundário em Guiné-Bissau. Tais programas são materiais criados pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação da Guiné-Bissau – INDE, e ainda foi realizada um questionário por meio do Google formulário com os alunos guineenses do primeiro e segundo semestre da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. O trabalho, além de introdução e considerações finais, está dividido nas seguintes partes: referencial teórico, metodologia e análise e discussão dos dados.

2 LÍNGUA PORTUGUESA E O ENSINO NA GUINÉ-BISSAU

Guiné-Bissau foi colonizada por Portugal, e essa colonização, segundo Ocuni Cá; Cá (2015), durou quase 500 anos, tendo começado em 1446 com a chegada dos portugueses e terminou em 1973, ano em que as tropas guineenses derrotaram as tropas portuguesas e proclamaram a independência do país, unilateralmente. Durante a época colonial o país sofreu por parte do governo colonialista português a exploração dos seus

recursos humanos e naturais, tendo suas línguas menosprezadas a favor da língua portuguesa, inclusive, para colonialistas portugueses, para que um guineense fosse considerado civilizado naquele momento tinha que saber ler e escrever em português (Ocuni Cá; Cá, 2015).

É bom destacar que a colonização do povo guineense não foi fácil para Portugal, devido à resistência permanente do povo guineense Ferreira (1977 *apud* Ocuni Cá; Cá, 2015). A própria guerra de luta pela libertação é sinal de que sempre teve resistência por parte do povo autóctone. Tal resistência abrangeu até o campo linguístico, pois a língua guineense sempre foi usada pelos guineenses, embora naquele momento o regime colonialista proibisse o seu uso.

Antes da imposição da língua portuguesa aos guineenses, os diferentes grupos sociais já tinham as suas línguas étnicas e a guineense, a língua que assumiu o papel de língua de unidade nacional, por permitir comunicação entre pessoas de diferentes grupos étnicos do país (Intipe, 2018). A Língua portuguesa tornou-se língua oficial do país, sendo a língua usada nos aparelhos administrativos do país e adotada como única língua para o ensino, apesar de ser falada pela minoria dos guineenses e que, geralmente, os alunos usam-na apenas na escola, por obrigação (Batista 2007).

Para Baldé (2013) um dos grandes obstáculos para o ensino no país tem a ver com o fato de que os alunos guineenses quando chegam à escola são obrigados a comunicarem apenas em língua portuguesa, língua que não é materna para muitos deles e, também, são impedidos de usarem suas línguas, o que de certa forma constitui silenciamento das culturas guineenses, pois proibir esses alunos de usarem suas línguas significa silenciar suas culturas, uma vez que língua é uma representação de cultura. “Entretanto, a identidade cultural de um grupo étnico só se torna eficaz quando a sua língua prevalece; caso, contrário, se um povo perde a sua língua, poderá perder a originalidade da sua cultura e passará adotar a cultura do povo cuja língua assimilou” (Moreira, 2006, P.135).

Embaló; da Silva; Anna (2019) ressaltam a relevância de os conhecimentos a serem construídos se relacionarem a conteúdos articulados a práticas reais ligadas a aspectos da vida social dos estudantes, isto é, que os conteúdos estejam baseados na realidade dos alunos, o que poderá resultar em um melhor desempenho na aprendizagem dos alunos. Isso vem sendo reforçado na alínea C, do artigo 14 da Lei de Bases do Sistema Educativo de 2010, no qual se lê:

c) Inspirar nos educandos a valorização e salvaguarda da identidade cultural guineense;

Apesar disso, os guineenses, na maioria dos casos, aprendem e usam português apenas na escola, e antes de aprenderem essa língua já têm outras línguas que são impedidos de usarem quando chegam à escola, onde são exigidos a falar só a língua portuguesa, isso, segundo Namone & Timbane (2017), tem apresentado consequências como dificuldade na assimilação dos conteúdos, reprovações e abandono escolar. Encanha (2018) corrobora ao afirmar que o português não é a língua materna da maioria dos guineenses e em muitos casos nem é a segunda língua, porém é ensinado nas escolas na condição de uma língua materna, fato que torna mais complexo o processo de ensino e aprendizagem nas escolas do país.

Conforme Cande (2008), no país, o ensino da língua portuguesa é conduzido e desenvolvido por meio de processos didáticos que se assentam na repetição e na memorização, ou seja, os alunos não são incentivados a desenvolverem uma visão crítica através das aulas reflexivas, mas sim são guiados a decorar os conteúdos para reproduzirem em um outro momento, por exemplo, em uma prova.

2.1 Aspectos sociolinguísticos da Guiné-Bissau e o ensino de português

Guiné-Bissau, como foi referido no tópico acima é composta por vários grupos étnicos e cada uma dessas etnias tem a sua língua e a sua cultura diferente das outras, apesar de muitas vezes possuírem algumas semelhanças, por esse motivo o país é plurilíngue (Alzira; Timbane, 2022). A nível linguístico, depara-se com um país que tem um conjunto de línguas étnicas, tem a língua que une os guineenses (o guineense) e, de outro lado, tem a língua portuguesa, a considerada oficial, ou seja, o país está numa situação de triglossia (Djata, 2022). Triglossia refere-se à situação linguística na qual existe uma comunidade onde coexistem três línguas ou variedades linguísticas diferentes e que todas elas são usadas de maneira ativa nesse mesmo lugar (Djata, 2022).

Em Guiné-Bissau, constata-se que o ensino do português não se baseia na realidade cultural do país, ou seja, ocorre fora da realidade sociocultural. Cá (2015) comenta que uma das fragilidades do ensino do português no país se deve ao fato de acontecer de forma descontextualizada, isto é, um ensino baseado na concepção europeia sem respeitar a realidade plurilíngue e multicultural dos alunos.

2. 1. 1 Ensino de escrita e os tipos textuais

Escrever não é uma tarefa fácil e isso exige do professor um conhecimento adequado e uso de metodologias e técnicas necessárias no ensino de escrita, para que possa ajudar aos seus alunos a terem sucesso na sua aprendizagem, e escrever é fundamental no mundo moderno, principalmente no âmbito acadêmico e profissional. Conforme (Alzira; Timbane, 2022, P. 13).

É importante ressaltar que a escrita é de suma importância no mundo moderno, especialmente para a conquista de oportunidades econômicas e políticas. Escrever bem, com respeito à ortografia é fundamental e busca a inserção na vida acadêmica e profissional” (ALZIRA; TIMBANE, 2022, P. 13).

McDonough e Shaw (1993 *apud* Teixeira, 2017), ressaltam que a escrita dispõe de várias funções como contar uma história, persuadir o leitor, argumentar acerca de um determinado assunto, e, também, requer habilidade de estruturar um texto de maneira cuidadosa. Isso tudo porque escrevemos diferentes gêneros textuais e para diferentes interlocutores, como amigos, colegas de trabalho, alunos e até para nós mesmos. Os fatores aqui apresentados são responsáveis para a escrita apresentar peculiaridades e conforme o contexto em que está agregado ela apresenta diferença em sua forma, estrutura, nível de formalidade e a nível do léxico a ser usado.

Relativamente aos tipos textuais Teixeira (2017) mostra que os tipos textuais se referem às sequências teoricamente definidas por traços linguísticos predominantes como: aspectos lexicais e sintáticos, relações lógicas e tempos verbais.

Segundo Travaglia (2018), existem oito (08) tipos textuais: Descritivo, Dissertativo, Injuntivo, Narrativo, Argumentativo, Preditivo, Humorístico e Lírico. Para este trabalho, será abordado apenas cinco dos oito tipos textuais acima referidos, que são: Descritivo, Dissertativo, Injuntivo, Narrativo e argumentativo, lembrando que para análise, o tipo escolhido é o dissertativo-argumentativo, que requer não só dissertar sobre um determinado assunto, como também exige uso de mecanismos para convencer ao interlocutor.

Eis os cinco tipos que merecerão destaque, com seus conceitos e suas características:

Quadro 1: Tipos Textuais

<p>Narração: Tem-se acontecimentos ou fatos organizados em episódios os quais contêm indicação e detalhamento (geralmente por meio de descrição) de lugar, tempo, participantes/atantes/personagens mais acontecimento (s) (ações, fatos ou fenômenos que ocorrem).</p>	<p>Principais características do tipo textual narrativo: Apresentação de acontecimentos de uma história de forma sequencial, a presença de um narrador que conta a história, (podendo ser participante da história ou não, a presença de personagens, que são pessoas que participam da história (podendo ser principais, secundárias ou figurantes), a existência de tempo, que corresponde ao momento em que a história aconteceu, o espaço, que se refere ao lugar de história, o espaço pode ser físico, imaginário ou psicológico.</p>
<p>Descrição: O conteúdo é sempre a localização do objeto de descrição (que é opcional), acompanhada das suas características (cores, formas, dimensões, texturas etc.) e componentes ou partes.</p>	<p>O tipo textual descritivo tem como características principais: Uso dos principais atributos e aspectos de algo a descrever, valorização dos detalhes, uso de muitos adjetivos, utilização de verbos de ligação (ser, estar, parecer), faz questão de usar metáforas e comparações.</p>
<p>Dissertação: Nesse tipo textual o que importa e aparece como informação são as entidades, as proposições sobre elas e as relações entre essas proposições, sobretudo as de condicionalidade, causa/consequência, de oposição (ou contra junção), as de adição (ou conjunção), de disjunção, de especificação / ampliação / exemplificação, comprovação etc.</p>	<p>Principais características do tipo textual dissertativo são: Presença de apreciações, de opiniões, e juízos de valor do próprio autor do texto, ênfase na persuasão do interlocutor ou leitor, presença da norma culta da língua, o texto fica muito coeso e coerente para uma boa organização de argumentos, utilização de dados, exemplos para tornar mais convincente a sua fala ou ideia,</p>

	fundamentação da ideia com base em outros autores.
Injunção: Tem-se sempre a orientação de algo a ser feito e/ou como ser feito.	Suas principais características são: Passar instrução a alguém de como fazer algo, ênfase na explicação e trâmites para realização de algo, uso de textos objetivos, linguagens simples e muitas vezes técnica, uso de verbos na forma imperativa, com objetivo de dar ordem.
Na argumentação tem texto argumentativo “stricto sensu” e argumentativo não-stricto sensu. Os dois tipos de textos aparecem da perspectiva do produtor textual fazer o receptor do texto como alguém que concorde com ele ou não. No caso em que o interlocutor ou receptor do texto não concorda com o autor do texto, o autor usa o tipo argumentativo stricto sensu, com o intuito de conseguir o que Travaglia (2018) chama de discurso de transformação, com a finalidade de persuadir e convencer o interlocutor. E o produtor do texto quando percebe que o interlocutor está de acordo com ele, usa o discurso de cumplicidade.	As principais características do tipo de texto argumentativo são: Defende uma ideia, opinião, hipótese ou teoria, apresenta a opinião sobre um tema ou assunto através de uma argumentação lógica, coerente e coesa, tem como finalidade principal formar a opinião do leitor, o texto se divide em três partes: tese (introdução), que precisa ser bem claro e objetivo, desenvolvimento (as argumentos) e conclusão (intervenção), os argumentos se baseiam em verdades, como estatísticas, fatos noticiados, estudos de especialistas e conceitos de áreas do conhecimento.

Quadro: Elaborado pelo autor baseado em Travaglia (2018).

Ainda sobre os tipos textuais, Travaglia (2018) mostra que os tipos de textos acima referenciados, juntamente com o argumentativo, são os principais quando se fala da composição de gêneros, por representarem habilidades linguístico-discursivas necessárias que os alunos precisam conhecer para produzirem diferentes gêneros. Por esse motivo, esses tipos textuais, no que toca ao ensino e aprendizagem sobre produção e compreensão textual merecem uma atenção peculiar.

Sobre texto dissertativo-argumentativo, Rocha (2020) o concebe como uma tipologia discursiva que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto, sendo embasado em argumentos consistentes para influenciar a opinião do leitor, com intuito de convencê-lo de que a ideia defendida é verdadeira e merece credibilidade. Esse tipo textual tem grande relevância na medida em que permite ao aluno estar apto não só a observar e dissertar acerca de uma realidade, mas também de saber se posicionar, trazendo argumentos convincentes para sustentar seu ponto de vista.

Quanto à estrutura o texto dissertativo-argumentativo apresenta seguintes partes: Introdução, a parte que o autor do texto faz apresentação de tese a ser defendida por ele, os desenvolvimentos, que são os argumentos, a parte em que o autor do texto argumenta e defende o seu ponto de vista, com o intuito de convencer o seu leitor, e, por último, a conclusão (intervenção), que é a etapa pela qual o autor apresenta soluções sobre o tema discutido.

Cenpec (2021 *apud* Infau, 2022), revela que a argumentação é um termo que se refere tanto a esse ato de convencimento quanto ao conjunto de recursos utilizados para realizá-lo. Argumentar: é um ato inerente ao ser humano, isto porque ao longo da vida, desde a infância, o ser humano procura convencer aos pais, aos irmãos e às pessoas do seu convívio sobre algo que defende, com vista a fazer esses acreditarem no seu ponto de vista, por isso se conclui que argumentar é humano (Koch; Elias, 2016).

Na própria argumentação tem duas partes essenciais que são o argumento e estratégias argumentativas. De acordo com Brasil (2012, p. 17):

Argumento – É a justificativa utilizada por você para convencer o leitor a concordar com a tese defendida”.

Estratégias Argumentativas – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor: exemplos; dados estatísticos; pesquisas; fatos comprováveis; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; alusões históricas; e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos (Brasil, 2012, p. 17)

Trabalhar com a produção escrita de texto de dissertativo-argumentativo no ensino da língua portuguesa é uma forma não só de proporcionar aos alunos apropriação dessa tipologia textual e de saber usá-la sempre que for necessário, como também é uma maneira de trabalhar habilidade escrita do aluno, permitindo com que ele entre em contato com as formas de socialização mais complexas da vida cidadã. Cenpec (2021, p. 10 *apud* Infau, 2022).

Nas perspectivas de Peres; Sturm (2017), é importante o aprofundamento de texto dissertativo-argumentativo nas aulas de língua portuguesa, principalmente no ensino secundário não só com a finalidade de preparar o aluno para a vida profissional, mas também prepará-lo para qualquer discussão social para tornar ele um cidadão pensante e crítico, que consegue exercer a sua cidadania de forma livre e autônomo.

No caso da Guiné-Bissau, geralmente, em muitas universidades do país e até na Unilab, esse tipo textual é também solicitado como um dos meios para se ingressar, mas na prática percebe-se uma grande dificuldade dos alunos guineenses quando o assunto é produção desse tipo de texto o que na maioria dos casos, tem a ver com a forma que o próprio tipo de texto em estudo é ensinado por eles na escola (Infau, 2022).

Os três programas de estudo de língua portuguesa de 10º, 11º e 12º anos são documentos produzidos pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), departamento do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau em colaboração com a Fundação Fé e Cooperação (FEC), esses planos servem para as escolas do país, nomeadamente nos três níveis do ensino secundário (10º, 11º e 12º anos) se orientarem na produção dos materiais didáticos para ensino do português nos níveis referidos, ou seja, servem como planificação anual de língua portuguesa.

Falando acerca do tipo textual dissertativo-argumentativo, nos programas de estudo de língua portuguesa acima referidos (10º, 11º e 12º anos), apenas o programa de 12º ano. Convém frisar que o programa não fala diretamente sobre o conceito desse tipo de texto, mas faz menção a aspetos importantes acerca do tipo dissertativo-argumentativo, especificamente numa das colunas dos objetivos específicos da Planificação Anual de Língua Portuguesa do 12º ano.

Quadro 2: Recorte do programa de 12º ano que retrata aspecto sobre tipo dissertativo-argumentativo.

Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none">• Expressar opinião e• Argumentar

Fonte: Elaborado pelo autor como recorte do Programa de 12º ano

No quadro acima, temos um recorte do programa de ensino de português de 12º ano, no qual apresenta objetivos relacionados ao tipo textual dissertativo-argumentativo.

Como já mencionado, o programa do 12º ano é o único dos três que aborda, ainda que de forma superficial, sobre o texto dissertativo-argumentativo, na parte dos objetivos específicos. Compreendidos os tipos textuais e a importância do tipo aqui estudado e seu espaço no programa de ensino no ensino secundário na Guiné-Bissau, no tópico a seguir apresentamos a metodologia, parte na qual serão apresentados os procedimentos, os caminhos percorridos para que se pudesse obter resultados dessa pesquisa.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho visa analisar o ensino e aprendizagem de texto dissertativo-argumentativo no ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas escolas do ensino secundário da Guiné-Bissau. Levando em conta o objetivo da pesquisa, os dados obtidos não serão quantificados, (pesquisa quantitativa), mas sim centrados na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, o que significa que será usada a pesquisa do cunho qualitativo, como coloca Minayo (2001).

Para esse trabalho, além das pesquisas bibliográficas e a consulta dos programas de estudo de língua portuguesa (10º, 11º e 12º anos), produzidos pelo Órgão do Ministério da Educação Nacional, o Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), em colaboração com a Fundação Fé e Cooperação (FEC), outra forma de coletar dados para a realização dessa pesquisa foi um questionário aplicado a estudantes guineenses do primeiro e segundo semestre dos diferentes cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab.

O questionário contou com 6 perguntas, tendo um total de (15) participantes. Quanto à escolha do perfil dos participantes, foram escolhidos esses alunos por estarem temporalmente mais próximos ao ensino secundário e, também, por terem realizado recentemente a prova de redação com o tipo dissertativo-argumentativo, como uma das provas para se ingressar nesta universidade.

Eis as perguntas do questionário:

1- Há quanto tempo você está no Brasil-Unilab? Em qual semestre do curso você está?

2 – Você fez o seu Ensino Secundário na escola pública ou privada?

() Escola pública

() Escola privada

() Parte na escola pública e parte na escola privada

3 – Você estudou o tipo textual dissertativo-argumentativo no Ensino Secundário?

4 – Se a resposta anterior for sim, como era ensino desse tipo textual?

5 – Você costuma produzir o tipo textual dissertativo-argumentativo? Se sim, em quais situações?

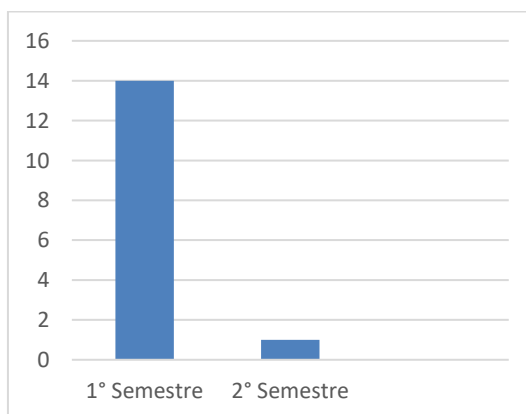
6 – Quais as dificuldades encontradas por você na produção do tipo textual dissertativo-argumentativo no processo seletivo de estudantes internacionais da Unilab - PSEI?

Os dados obtidos no questionário foram transcritos e, juntamente com os textos teóricos lidos, foram analisados para obtenção dos resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

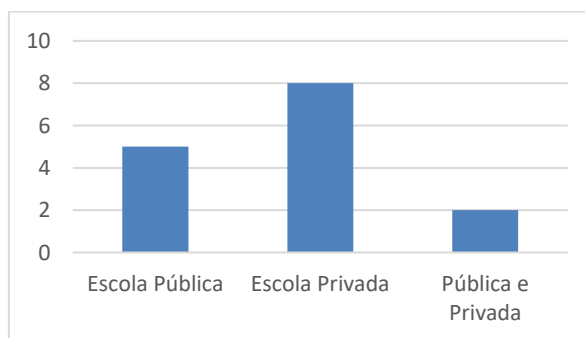
Nesse tópico será feita a apresentação e comentário das respostas, relacionando-as às teorias usadas no próprio trabalho. As respostas estão apresentadas de seguinte forma: As três primeiras respostas estão organizadas em gráfico e as outras três estão representadas em tabela.

1. Em qual semestre do curso você está?



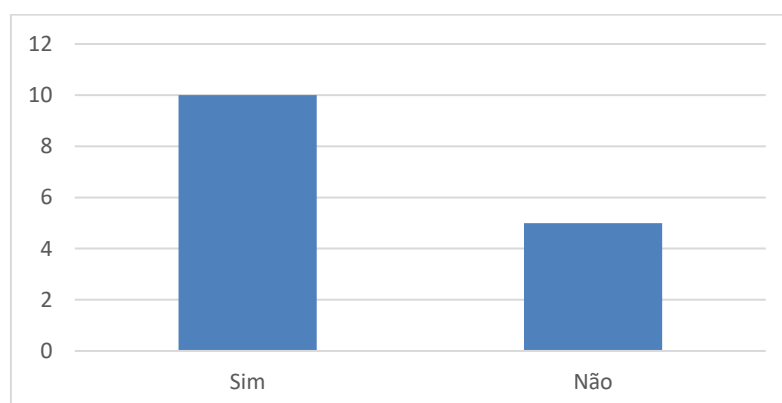
Fonte: Elaborado pelo autor

2. Tipo de escola que você fez Ensino Secundário?



Fonte: Elaborado pelo autor

3. Você estudou o tipo textual dissertativo-argumentativo no Ensino Secundário?



Fonte: Elaborado pelo autor

Os gráficos acima traduzem as respostas das três primeiras perguntas. O primeiro gráfico traduz as respostas da primeira questão, que é sobre o semestre dos participantes. De acordo com esse gráfico vê-se que dentre os quinze participantes, catorze são estudantes do primeiro semestre do curso de graduação da Unilab, e apenas um está no segundo semestre. Este era um critério de participação, pois acreditamos que estes estudantes estão mais próximos da experiência com o tipo textual aqui abordado.

O segundo gráfico faz referência à segunda questão, que é sobre o tipo de escola que o participante fez ensino secundário. Oito participantes fizeram ensino secundário na escola privada, cinco na escola pública, e os restantes dois tiveram parte do ensino secundário deles nas escolas pública e privada. Esses dados podem ser importantes, pois as diferenças entre as escolas públicas e privadas no que se refere às greves, por exemplo, podem impactar no cumprimento do conteúdo previsto e o efetivamente abordado durante o ano. Já o terceiro gráfico representa as respostas da terceira questão, que questiona se o participante estudou ou não o tipo textual dissertativo-argumentativo no ensino secundário. De acordo com o gráfico, nove participantes estudaram o tipo textual dissertativo-argumentativo, um estudou apenas o tipo dissertativo e outro cinco afirmam que não estudaram este tipo textual.

Diante da conjuntura acima referida, passamos, a seguir, às análises das respostas às perguntas 4, 5 e 6, referentes ao ensino do tipo textual dissertativo-argumentativo no Ensino Secundário na Guiné-Bissau.

Quadro: Como era ensino desse tipo textual?

4. Como era ensino desse tipo textual?	
Participante 1	Foi numa forma bem resumida, isto é, numa forma básica.
Participante 2	Sim é muito comum...por exemplo desenvolver um tema num teste.
Participante 3	Não estudei texto dissertativo-argumentativo no Ensino Secundário.
Participante 4	Era muito bom
Participante 5	Na época em que eu tava cursando ensino secundário o tipo textual dissertativo argumentativo que eu fazia na escola e que aprendi era tão diferente, porque não respeitava as regras próprias, as estruturas de dissertação.
Participante 6	Não
Participante 7	Não estudei.
Participante 8	É o tipo de texto expositivo onde a pessoa descreve ou melhor argumenta tudo o que sabe relativamente ao tema.
Participante 9	Redação
Participante 10	Era para argumentar ou dar ponto de vista sobre um tema.
Participante 11	Nunca estudei nada sobre o texto dissertativo

Participante 12	Não faço ideia
Participante 13	Eu era ensinado como começar uma dissertação, seja a parte introdutória, desenvolvimento e conclusão
Participante 14	O tipo textual dissertação argumentativo é mais ligado com as ideias, e argumentos para convencê-los e deve contar com os seguintes requisitos: (introdução, desenvolvimento e conclusão).
Participante 15	Normal

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro: Você costuma produzir o tipo textual dissertativo-argumentativo? Se sim, em quais situações?

5. Você costuma produzir o tipo textual dissertativo-argumentativo? Se sim, em quais situações?	
Participante 1	Não com frequência no passado, mas as vezes, sobretudo, nas provas de coordenação no liceu onde estudava.
Participante 2	Sim; Nas provas, testes argumentativo.
Participante 3	Sim.
Participante 4	Tinha muitas dificuldades porque não ensinaram muito na escola que eu estava o ensino médio
Participante 5	Eu costumava produzir o tipo de manifesto, de raciocínio lógico, de manifestação entre outros. O dissertativo argumentativo que é mais usado para o concurso público eu só aprendi isso quando eu concorri para PSEL.

Participante 6	Não costumo
Participante 7	Comecei a produzir este gênero textual quando estava a preparar para prova de seleção da Unilab
Participante 8	Não.
Participante 9	Não
Participante 10	Na prova de língua portuguesa.
Participante 11	Sim, no ensino secundário, na prova processo seletivo de Unilab
Participante 12	Não
Participante 13	Sim, em situações das provas
Participante 14	Sim costumo-me produzir o tipo textual dissertativo - argumentativo nas situações das provas avaliativas (redação).
Participante 15	Não

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro: Quais as dificuldades encontradas por você na produção do tipo textual dissertativo-argumentativo no processo seletivo de estudantes internacionais da Unilab - PSEI?

6. Quais as dificuldades encontradas por você na produção do tipo textual dissertativo-argumentativo no processo seletivo de estudantes internacionais da Unilab - PSEI?	
Participante 1	Quanto isso, não tenho muita dificuldade, ou seja, não senti dificuldade no momento do processo, pois estava no segundo ano do curso de letras língua portuguesa, na escola de formação dos professores.
Participante 2	Nenhum
Participante 3	Formulação de argumentos

Participante 4	Muitas
Participante 5	São vários, porque o tempo que eu fui aprender regras da redação ou dissertação era num tempo curto, até porque escrever não era um problema tão grande mais sim seguir as regras de dissertação que a Unilab pede no PSEI.
Participante 6	As dificuldades que eu encontrei e a fraca capacidade de desenvolver qualquer que seja título
Participante 7	Meus repertórios estavam fracos
Participante 8	Na verdade, não enfrentei muitas dificuldades, pois assisti muitos vídeos no You Tube e isso me ajudou bastante na produção do meu texto no momento de exame de PSEI.
Participante 9	Na produção linguística
Participante 10	Organizar as fases.
Participante 11	Elaboração de introdução, conexão de desenvolvimento com introdução
Participante 12	As dificuldades são muitas
Participante 13	São muitas, até porque o ensino de Brasil é totalmente diferente como o da Guiné-Bissau
Participante 14	As dificuldades são enormes pra mim, devido ao encachar os conectores discursivo
Participante 15	Muitas dificuldades

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com as respostas aos questionários, percebe-se que dentre os 15 participantes, durante o ensino secundário, a maioria estudou o tipo textual dissertativo-argumentativo, um deles estudou apenas o tipo dissertativo e os restantes cinco não o estudaram. Sobre os alunos que não estudaram esse tipo de texto no ensino médio, vê-se uma lacuna no processo formativo deles, uma vez que trabalhar com a produção escrita de texto dissertativo-argumentativo no ensino da língua portuguesa é uma forma que faz os alunos conhecerem e se apropriarem desse tipo de texto, e ainda trabalha habilidade escrita desses alunos, permitindo com que eles entrem em contato com as diversas formas de socialização mais complexas enquanto cidadãos, como defende Cenpec (2021, p. 10 *apud* Infau, 2022).

Relativamente à forma como era o ensino do tipo textual em análise, percebe-se que um grupo de participantes estudou esse tipo de texto no ensino secundário, mas de uma forma básica, isto é, de uma maneira superficial. Tendo em conta a grande importância que o texto dissertativo-argumentativo dispõe, seria importante que os alunos o estudassem de forma aprofundada, principalmente no ensino secundário, por ser fundamental, exatamente porque é um tipo de texto que os prepara para a vida profissional e, também, os orienta com vista a serem seres pensantes, ativos e críticos, que possam se envolver nas discussões sociais de maneira autônoma, de acordo com Peres; Sturm (2017).

Do ponto de vista das dificuldades encontradas na elaboração do tipo de texto em análise, especificamente na prova de redação do processo seletivo de estudantes estrangeiros da Unilab, dos quinze (15) participantes, muitos tiveram dificuldades, principalmente na formulação de argumentos, no uso de conectores discursivos, na organização das fases (estrutura do tipo de texto em destaque). Outras dificuldades que os alunos tiveram, segundo as respostas, foram: elaboração de introdução, conexão de desenvolvimento com a introdução e, também, desenvolvimento de qualquer título. As dificuldades acima referidas estão ligadas a manter as partes do texto conexas entre si, e ao desenvolvimento do tema, que exige do aluno um certo repertório para poder debruçar sobre um determinado tema. Como meios para solucionar esses impasses, alguns participantes mencionaram a busca em outros locais, como o YouTube, para pesquisar videoaulas sobre tais assuntos. Isso demonstra que a escola não cumpriu seu papel de preparar o estudante para a produção desse tipo textual e, conseqüentemente, para as seleções às quais se submeteriam.

O que se pode inferir dessas respostas é que não só os alunos que não estudaram o tipo textual dissertativo-argumentativo têm dificuldades na criação deste tipo de texto, como também os que o estudaram, então, isso só reforça a ideia de que esses problemas que eles apresentaram na elaboração da redação do PSEI-Unilab devem estar relacionados ao modo como foram ensinados o tipo textual dissertativo-argumentativo, que pode ter sido de uma forma inadequada (Infau, 2022). Essa forma inadequada diz respeito ao modo como é ensinado esse tipo de texto aos alunos, uma forma na qual eles são ensinados qual é o objetivo desse tipo textual e as partes que o compõem, sem que eles tenham exercícios de produção com uma certa frequência para que eles possam se apropriar melhor sobre o tipo de texto em causa.

Questionados se costumam produzir texto dissertativo-argumentativo, dentre os quinze alunos, a maioria respondeu que não produz com frequência, inclusive boa parte deles respondeu que só começou a ter contato com o tipo de texto em análise a partir do momento que se inscreveu para o processo seletivo da Unilab. Isso faz me lembrar a época que estávamos concorrendo para o PSEI-Unilab, em que muitos colegas tiveram que pagar para frequentar um curso de redação, especificamente para a redação que se pede no processo seletivo em destaque, com objetivo de se apropriarem desse tipo textual para poderem sair bem no PSEI-Unilab. Geralmente esse curso tem pouca duração e os alunos não conseguem ter um tempo suficiente para se apropriarem sobre esse tipo textual.

Observa-se que os programas de estudo de língua portuguesa produzidos pelo INDE, de forma geral, não dão uma atenção adequada ao tipo textual dissertativo-argumentativo, ou seja, dentre os três programas de estudo (10º, 11º e 12º), só o de 12º que aborda sobre o tipo textual em destaque, e ainda de uma forma bem resumida, numa das colunas dos objetivos. Esses programas, se tivessem dado uma boa atenção a esse tipo de texto, com certeza o conhecimento dos alunos sobre o tipo textual dissertativo-argumentativo seria melhor, e com isso os alunos estariam mais preparados para lidar com esse tipo de texto não só nas provas, mas também durante a vida toda, uma vez que ao longo da vida usa-se muito esse tipo de texto.

Outro fator que se pode levar em conta é o tipo de escola que os participantes fizeram ensino secundário (médio). A maior parte dos participantes que estudaram o tipo de texto dissertativo-argumentativo são os que fizeram ensino secundário na escola privada, e os que não estudaram esse tipo textual, a maior parte realizou o ensino secundário na escola pública. O que se pode concluir disso é que, geralmente, os alunos que estudam na escola privada gozam de um certo privilégio, isto é, eles conseguem

estudar o tempo completo durante cada ano letivo ao passo que os da escola pública, muitas vezes, devido às greves no setor público, escolas públicas acabam por ficar um tempo sem ter aulas, o que faz com seus alunos fiquem um período sem ter aula, e quando a greve termina já não há tempo suficiente, ou seja, acontece que já perdem muitos dias letivos, por isso, os professores são obrigados a selecionar conteúdos que acharem mais importantes para os alunos num determinado nível, deixando de lado outros conteúdos previstos no programa.

Diante de tudo isso, percebe-se que por diferentes motivos os alunos se encontram numa situação de disparidade no que tange ao conhecimento sobre o texto dissertativo-argumentativo, conforme consta no gráfico 3, que mostra os participantes não tiveram a mesma oportunidade quanto ao estudo do tipo textual em questão no ensino secundário.

Conclui-se que o ensino deste tipo textual precisa ser encarado de melhor forma. Faz-se necessário, por parte dos gestores e responsáveis pela criação dos programas de ensino de língua portuguesa para o ensino secundário que voltem sua atenção acerca do conteúdo em discussão para que os alunos possam ter um nível equivalente sobre o conhecimento nessa matéria. É preciso que haja investimento na formação inicial e continuada dos professores e que sejam dadas condições para que a formação no Ensino Secundário não seja superficial, mas que forme o estudante para a vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente trabalho perspectivou refletir sobre a forma como acontece o ensino do texto dissertativo-argumentativo no ensino secundário guineense e discutir a relevância que esse tipo textual desempenha não só no percurso acadêmico dos alunos, mas também durante a vida deles.

Por meio do questionário aplicado, percebe-se que os alunos não tiveram a mesma oportunidade quanto ao estudo desse tipo de texto, isto é, uns estudaram e outros não o estudaram no ensino secundário, e ainda teve uns que o estudaram, mas de uma forma superficial, e para que isso seja melhorado, por um lado os programas de ensino de língua portuguesa precisam dar melhor atenção ao texto dissertativo-argumentativo, principalmente no ensino secundário, e por outro lado, é necessário que os professores repensem suas metodologias de ensino para que os alunos possam sair do ensino secundário com um conhecimento melhor sobre o tipo de texto em estudo.

Já que muitos dos participantes responderam que apesar de terem estudado o tipo dissertativo-argumentativo no ensino secundário ainda têm dificuldades na sua produção, e não são acostumados a produzi-lo, poderia ser muito proveitoso se os próprios gestores e responsáveis pela criação dos programas de ensino do português para o ensino secundário voltassem sua atenção acerca do conteúdo em discussão para que os alunos pudessem ter um nível correspondente sobre o conhecimento nesse assunto. Os professores precisam incentivar os alunos a produzirem textos desse tipo, isto é, solicitar sempre que justificar a produção do tipo textual dissertativo-argumentativo, assim, os alunos terão mais contato e familiaridade com esse tipo de texto, o que diminuirá as dificuldades na sua elaboração.

REFERÊNCIAS

CÁ, Lourenço Ocuni, and Cristina Mandu Ocuni Cá. **Políticas públicas em educação na Guiné-Bissau: um apanhado histórico**. 2015.

BALDÉ, Baró. **Formação de professores de língua portuguesa na escola normal superior “Tchico Té”**. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013.

BATISTA, Antonio G. et al. **Capacidades Linguísticas: Alfabetização e Letramento**. Brasília. MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **A redação do Enem 2012**. Guia do participante. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). Brasília: Ministério da Educação, 2012.

CANDE, Fátima. **A Língua Portuguesa na Formação de Professores do Ensino Básico da Região de Bafatá, na Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2008.

COELHO, Alzira, and Alexandre António Timbane. **Metodologia do Ensino da Escrita em Manuais Escolares do Ensino Privado na Guiné-Bissau**. 2022.

CORREIA, Nuna Nunes. **Ensino da língua portuguesa no contexto da diversidade linguística da Guiné-Bissau: uma proposta para o Ensino Básico**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília, Suely Ferreira Deslandes, and Romeu Gomes. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes Limitada, 2011.

DJATA, Vladimir Augusto. **Desenvolvimento lexical de falantes bilíngues na Guiné-Bissau**. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho (Portugal), 2022.

EMBALÓ, Mamadu Mutaro, Veronice Camargo da Silva, and Sita Mara Lopes Sant'Anna. **O Professor da Língua Portuguesa e o Processo de Letramento: o caso da Guiné- Bissau.** 2019.

ENCANHA, Vania Imbali. **O ensino da língua Portuguesa na Guiné Bissau: uma análise do Programa de ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas de Guiné-Bissau-Kwame N'Krumah, Rui Barcelos da Cunha e Agostinho Neto.** 2018.

INFAU, Laurindo Leite. **Participação dos estudantes guineenses no processo seletivo da Unilab: a importância do domínio de redação de artigo de opinião.** 2022.

INTIPE, Bernardo Alexandre. **Unidade linguística na diversidade linguística: o caso do kriol da Guiné-Bissau.** 2018.

MOREIRA, Domingos. **Políticas públicas de alfabetização de massa na Guiné-Bissau.** *Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro* 2006.

NAMONE, Dabana, and Alexandre António Timbane. **Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência.** 2017.

OLIVEIRA, Maria Isabel Soares, and Ana Lúcia Tinoco Cabral. **Política de Língua Portuguesa para o Ensino de Redação no Nível Médio da Educação Brasileira: O texto argumentativo dos PCN à redação do ENEM.** 2017.

PERES, Cristiane, and Ingrid Sturm. **O texto dissertativo argumentativo no ensino médio.** 2017.

ROCHA, Sara Susane Ribeiro. **A construção do texto dissertativo-argumentativo para o ENEM em redação de alunos de escolas públicas.** 2015.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: o Ensino Bilíngue Português-Crioulo Guineense.** *Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa.* 2013.

TEIXEIRA, Vanessa Gomes. **Trabalhando com Gêneros e Tipos Textuais no Ensino de Português como Segunda Língua para Surdos.** 2017.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Tipologia textual e ensino de língua.** 2018.